

OS VICE-REIS DO NORTE: RECONVERSAO DE ELITES AGRÁRIAS E A REVOLUÇÃO DE 1930 (1920-1964)

O Brasil é hoje considerado na cena internacional como uma “nação emergente”, dotada de parque industrial integrado, que se apóia em fontes energéticas renováveis e não-renováveis (álcool carburante, petróleo), bem como de sistema de ensino e pesquisa moderno e de meios de comunicação (telefonía, rádio, televisão, internet, etc) que permitem circulação rápida e eficiente de informações. Nenhuma dessas características seria válida antes de 1930, quando o país apresentava uma economia dominada pela exportação de produtos tropicais; o poder político estava fragmentado em mais de vinte unidades federadas sem uma verdadeira coordenação pelo governo central instalado no Rio de Janeiro; a vida intelectual se restringia a alguns antigos portos de exportação que concentravam também funções religiosas, administrativas e judiciárias. Lavouras como o café, a cana-de-açúcar, o algodão, a borracha, o cacau e o tabaco respondiam por mais de 85 % das exportações brasileiras, posição que ocupavam desde a primeira metade do século XIX (cf. P. EISENBERG). O espaço físico e o poder social encontravam-se concentrados em mãos de detentores de grandes plantações voltadas para

AFRÂNIO GARCIA JÚNIOR*

RESUMO

Este artigo procura compreender a maneira com que o Brasil se transformou, durante o século XX, de um arquipélago estruturado ao redor de “ilhas” de plantações agroindustriais de café, cana de açúcar, cacau, algodão e borracha, em um “continente” marcado pela rápida industrialização e urbanização. Além da percepção desses aspectos evolutivos do espaço brasileiro, temos que dar atenção às trajetórias intelectuais dos líderes principais – sejam os do Norte, durante os anos trinta (como Juarez Távora e José Américo de Almeida), ou a figura mais significativa do movimento nacional, Getúlio Vargas –, pois essas trajetórias destacam a evolução da arena política e a expansão das instituições públicas. As trajetórias dessas elites destrincham muito bem as alternativas diversas que marcaram a formação do Estado e da Nação no Brasil contemporâneo.

ABSTRACT

This paper aims at understanding the way the concept of Brazil transformed itself, during the XXth century, from an archipelago structured about «islands» of agro-industrial plantations of coffee, sugarcane, cocoa, cotton, rubber, to a «continent» marked by rapid industrialization and urbanization. Along these evolutive perceptions of Brazil’s space, attention must be paid to the social and intellectual trajectories of key leaders — be they from the North, during the Thirties (such as Juarez Távora and José Américo de Almeida), or the most significant figure of the national movement, Getúlio Vargas — as these trajectories highlight the evolution of the political arena and the expansion of public institutions. The trajectories of these elites unravel fairly well the diverse alternatives which have marked state-building and nation-building in contemporary Brazil.

* Maître de Conférence da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.

os mercados internacionais, particularmente a Europa e os Estados Unidos da América; partilhavam com os grandes comerciantes de importação-exportação e os detentores dos cargos políticos e da alta administração os círculos dirigentes do Estado desde o início do Império. O mundo rural era o quadro de vida da maior parte da população – em 1940, 70% de população aí residiam. A segmentação do território nacional em diferentes regiões – mais voltadas para um porto de exportação do que interligadas por redes de transporte e de meios de comunicação à distância – deu origem à percepção do território nacional como um “arquipélago”, cujas ilhas eram constituídas pelas áreas das diferentes lavouras ou de mineração, em contraposição ao mesmo espaço marcado por atividades econômicas, políticas e culturais, interdependentes, visto a partir de então como um “continente” (H. THÉRY). A construção de um Estado e de uma economia nacionais é obra do século XX, sobretudo a partir de 1930. Mesmo a imagem de “Brasil, país do futuro” foi formulada por Stefan Zweig em livro editado em 1941; um bom testemunho das transformações que começavam a ocorrer.

Contrariamente ao seu início, a segunda metade do

século XX conhece um deslocamento das residências do campo para as cidades; já em 1980, 70% da população se situam no pólo urbano e, em 2000, praticamente 80% aí estão instalados. Como resultado da industrialização acelerada entre 1930 e 1980, o centro dinâmico da economia e os poderes social, cultural e político vão se localizar nas grandes metrópoles, com a reestruturação do Estado nacional e a expansão de suas atividades, com a criação das universidades e a estruturação dos sistemas de ensino em bases nacionais, com a formação de partidos políticos e movimentos associativos em escala nacional. Uma verdadeira mutação social ocorreu no século XX: a grosso modo, a população foi multiplicada por 10 e o PIB por 100. Mas a hierarquia e a desigualdade, implantadas desde o início da colonização portuguesa no século XVI, não diminuíram com a industrialização e o crescimento urbano acelerados; as distâncias sociais entre descendentes de senhores e descendentes de escravos tenderam mesmo a se aprofundar e imprimir, até hoje, suas marcas nas segregações espaciais das metrópoles.

Em 1930, a crise iniciada pelo *crash* da Bolsa de New York em 1929 também teve efeitos profundos, mas não engendrou desemprego massivo nem desarticulação completa da economia como em certo número de países europeus; a defesa da renda dos proprietários de plantações, que chegou à destruição de estoques de café financiada pelo Estado, provocou um crescimento industrial baseado em substituição de importações. Por outro lado, não foi a potência da elite do maior estado cafeeiro – São Paulo – que promoveu uma política visando proteger a grande lavoura e que viria a beneficiar também os novos industriais. Em outubro de 1930, um levante armado, comandado por elites agrárias de estados menos fortes, interrompeu a hegemonia algo exclusivista das oligarquias de São Paulo sobre o poder federal. A centralização sem precedentes do Estado brasileiro, acompanhada da expansão de suas atividades (educação, saúde coletiva, legislação de trabalho, obras de infra-estrutura no setor de transportes e geração de energia, etc.), foi obra de descendentes das elites agrárias de estados de peso secundário na Federação para transcender os limites impostos pelo estado hegemônico – São Paulo – desde a fundação da República em 1889. A análise

das biografias e das atividades políticas dos líderes da revolução de 1930, todos descendentes de elites agrárias, mas com interesses diversificados em função dos produtos cultivados e do perfil de suas regiões de origem, deverá permitir estudar a contribuição dessa recomposição dos círculos dirigentes para a reorganização do espaço público e compreender a diversificação das elites políticas com a afirmação do Estado nacional.

Nascidos em estados menos influentes da República, não estavam predestinados a ocupar funções de primeiro plano, em âmbito federal, ainda mais porque descendiam de famílias de grandes proprietários em declínio. Por outro lado, pertencendo a facções políticas inicialmente marcadas por forte antagonismo, sua aliança política visando um enfrentamento armado não era, de forma alguma, uma fatalidade. Após chegar ao poder federal, um número bem reduzido de líderes – como o chefe supremo de 1930, Getúlio Vargas; ou seu braço direito, Osvaldo Aranha; o líder militar do levante no Norte, Juarez Távora e o líder civil desta região, José Américo de Almeida – vai estar presente em todos os instantes decisivos das crises políticas até 1964, quando militares de alta patente desencadeiam um golpe, instaurando uma ditadura que iria durar até 1985. Getúlio Vargas ocupou, sob diferentes formas, o posto de Presidente por quase vinte anos e será considerado pelos historiadores como a principal figura do período Republicano. O modo de acesso ao poder central desses descendentes de elites agrárias e a diversificação das correntes políticas nacionais de que participaram são os objetos deste artigo.

O CASAMENTO DE UM HERÓI REVOLUCIONÁRIO: UM ATO POLÍTICO?

Desencadeado no dia 3 de outubro 1930, simultaneamente no Rio Grande do Sul, estado que divide fronteiras com o Uruguai, em Minas Gerais e na Paraíba, pequeno estado situado no Nordeste, o levante armado tinha por objetivo criar três focos de insurreição em pontos extremos em relação à capital da República, Rio de Janeiro. Antes mesmo da chegada ao Rio das tropas de Getúlio Vargas, em menos de um mês, o presidente Washington Luiz havia sido afastado de suas funções pelos comandantes militares,

e o antigo presidente do estado do Rio Grande do Sul chegou para assumir o controle do Estado federal.

Juarez Távora, comandante militar do levante no Norte, que escolheu o dia de seu trigésimo terceiro aniversário, 14 de janeiro de 1931, para se casar, publica em suas memórias uma foto muito singular dessa cerimônia¹. Desde 1922, ele havia participado dos movimentos liderados por jovens oficiais do Exército para afastar as elites políticas do poder, vistas como particularistas, retrógradas e impeditivas do funcionamento da corporação militar em moldes modernos; em seguida, sua vida até 1930 se limitou a uma sucessão de combates, de prisões, de fugas espetaculares e de períodos de clandestinidade. Dois meses e meio depois da vitória revolucionária, finalmente ele podia se casar com sua prima e noiva de longa data. O que há de mais surpreendente que esta foto de um casamento segundo os padrões tradicionais – casamento com a filha do tio materno era freqüente entre seus ascendentes – reunindo Getúlio Vargas, o novo chefe do governo provisório, sua esposa, os ministros de maior destaque e suas esposas? Não seria estranho que uma foto obtida em casa de seu tio materno e sogro, no Rio de Janeiro, onde este morava desde o começo do século, se fizesse sem a presença dos familiares dos noivos, a não ser do bispo que celebrou o casamento, tio dos noivos e irmão do dono da casa?



Esta foto teria sido impossível apenas quatro meses antes, pois o noivo vivia de forma clandestina no Nordeste para fugir de um mandado de busca emitido pela Polícia; teria sido assim impensável

que ele pudesse se relacionar, publicamente, com as autoridades provincianas do extremo Sul e do Norte do país, um general e um dos professores mais brilhantes e renomados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No centro da foto, a noiva usa um vestido tradicional para essa ocasião, acompanhado por um buquê de flores brancas, simbolizando sua espera paciente pelo retorno de seu primo à vida pública. À sua esquerda, o noivo enverga a vestimenta de gala do Exército, traje que é o mesmo com que se veste o general responsável pelo Ministério da Guerra, que se postou atrás dele. Esta é a melhor prova da mudança cabal da situação militar de Juarez Távora, excluído das hostes do Exército, após suas ações de rebeldia em 1922. A presença do comandante em chefe do Exército – todo oficial deve pedir formalmente a concessão para se casar – não é o sinal de aprovação pela corporação militar dos atos de Juarez Távora, considerados desde então como “heróicos”? Sentado à direita da noiva, Getúlio Vargas, que havia sido presidente do Rio Grande do Sul até o levante de 3 de outubro, fora candidato derrotado durante as eleições presidenciais nacionais de março de 1930, e, no momento da foto, era chefe do governo revolucionário; à esquerda do noivo, figura a Sra. Darci Vargas, descendente, como seu marido, de ricos fazendeiros de gado nos pampas. Atrás de Getúlio Vargas está José Américo de Almeida, então ministro da Viação e das Obras Públicas. Até outubro de 1930, ele era apenas secretário do governador da Paraíba “pequenina e boa”. Eleito deputado federal em março, Almeida teve seu mandato invalidado de forma arbitrária pelas antigas autoridades, vítima de “degola” para usar uma expressão de época. Sua entrada no governo revolucionário, que passou a comandar a capital federal, se deveu à indicação de Juarez Távora. Certamente ele havia preenchido um papel fundamental para o sucesso da revolta armada na Paraíba, como comandante das forças da Polícia nos momentos decisivos do levante. De qualquer forma, a aproximação entre Juarez Távora e seu padrinho durante a cerimônia religiosa era recente e diretamente ligada às tramas revolucionárias. Ao lado de José Américo de Almeida, encontra-se o ministro da Guerra, general Leite de Castro, padrinho da noiva. Fizera parte do grupo de generais

que depusera Washington Luiz, uma vez o levante iniciado nos três primeiros focos, mas antes que as tropas de Vargas chegassem à capital. Em comentários de época, atribuía-se a Leite de Castro a idéia de se perpetuar no poder central, sem passá-lo a Vargas; de qualquer forma, sua presença atesta a adesão de parte da alta hierarquia das Forças Armadas ao levante de outubro.

Tudo na foto, até mesmo o assento da Sra. Vargas, acentua a estrita subordinação do lugar das mulheres à condição social de seus maridos. As esposas dos padrinhos estão enquadradas pelos homens, mas distribuídas no espaço em ordem inversa: as esposas à esquerda da foto são aquelas dos personagens que constam na parte direita do quadro e vice-versa, como a sugerir a unidade social dos participantes. Atrás de Juarez Távora, podemos ver Miguel Couto, eminente professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que ocupou a presidência da Academia Nacional de Medicina, de 1914 até sua morte, em 1934. Ao seu lado, está Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, e ainda à direita, o bispo D. Carloto Távora, tio dos noivos e oficiante da cerimônia. Osvaldo Aranha era secretário de Getúlio Vargas quando este governava o Rio Grande do Sul e havia sido responsável por todos os preparativos destinados ao levante armado; fora o contato constante dos jovens tenentes, uma espécie de braço direito responsável pelos assuntos militares e, assim como Vargas, descendia de uma família de grandes criadores de gado do Sul e era formado em Direito².

É interessante constatar que, além da presença de responsáveis políticos ilustres, todas as competências adquiridas em instituições de ensino de nível superior existentes até aquele momento estão reunidas, desde as escolas Militar e Politécnica até o Seminário católico, passando pelas tradicionais faculdades de Medicina e de Direito. Nota-se também que os poderes culturais são representados em toda a sua diversidade, já que há um cientista e um romancista célebres, além de um representante do alto clero, presentes à cerimônia. Tudo se passa como se todos os símbolos de poder temporal e de poder espiritual estivessem ali reunidos. Observe-se que o bispo transmitiu mensagem personalizada do Papa abençoando o novo casal. Juarez Távora havia conseguido juntar

seus laços familiares, seu pertencimento religioso, a corporação militar em que ingressara, seus amigos célebres das ciências e das artes, os dirigentes máximos de movimento armado que se propunham a dotar o Brasil de novo destino. Esta foto, como documento histórico, é efetivamente eloqüente; basta que nos interroguemos sobre as circunstâncias históricas que a tornaram possível e significativa.

Alguns anos mais tarde, tal foto se tornaria impossível: a aliança que ela simbolizava fora rompida diante das fortes divergências políticas dos protagonistas; trata-se, portanto, de um registro de um instantâneo, e esta foto diz mais sobre a situação política da época e da necessidade de legitimar a nova equipe dirigente do que sobre a troca propriamente matrimonial. O que provocou a aliança entre esses indivíduos que fizeram questão de revelar sua unidade profunda através de uma cerimônia religiosa em janeiro de 1931? Essa cerimônia seria a forma mais eficaz para reconstituir e tornar pública uma aliança do que qualquer outro ato propriamente político, como a criação de um novo partido, a publicação de um manifesto ou de uma foto ministerial? De qualquer forma, a existência desse clichê sugere a necessidade de se aprofundar a reflexão sobre a relação entre família e política no Brasil, sobretudo no tocante às novas elites responsáveis pela construção do Estado nacional e pela modernização econômica, social e cultural do país. De um ponto de vista específico, podemos nos perguntar como as novas responsabilidades políticas assumidas por cada novo dirigente nacional repercutem sobre os outros membros de suas famílias, e tentar entender porque novas alianças políticas se constroem utilizando como metáfora as alianças familiares.

A análise das origens sociais, dos estudos universitários e das carreiras políticas de Juarez Távora e José Américo de Almeida, considerados em 1930 como os dois principais líderes da revolução no Norte, confrontadas ao percurso de Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, nos permite buscar as razões do cruzamento dessas quatro trajetórias e os fundamentos da aliança desse novo círculo dirigente, assim como examinar o trabalho para obter o reconhecimento nacional de seus personagens como dotados de autoridade política. A partir da análise das características sociais e

intelectuais dos novos dirigentes, permitindo melhor entender os recursos sociais de que estavam dotados e suas disposições mentais, poderemos nos interrogar sobre as novas estruturas do Estado central que ajudaram a criar e sobre o uso, junto aos poderes locais, de suas notoriedades nacionais.

CARREIRAS BLOQUEADAS E ENCONTROS REVOLUCIONÁRIOS

Tanto os dirigentes nascidos no Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha) quanto os nortistas (Juarez Távora e José Américo de Almeida) são descendentes de linhagens de grandes proprietários de terra, com passagens por cargos políticos no âmbito de seus municípios ou do estado de origem. No caso dos nortistas, nasceram no interior de “casas-grandes” características das grandes propriedades, o que revela a inscrição mais acentuada no universo rural e menor riqueza de suas famílias, em relação a seus homólogos sulistas que nasceram em pequenas cidades circundadas por fazendas de criação extensiva de gado, no extremo sul do país. Esta origem social torna esses personagens diferentes dos contingentes nascidos nas grandes cidades, em geral antigos portos de exportação desempenhando ainda funções político-administrativas e culturais, como era o caso de Recife ao Norte, Rio de Janeiro como capital ou Porto Alegre ao Sul; as chances para seguirem longos estudos eram ainda mais vinculadas ao capital econômico e social de suas famílias de origem. Se todos são originários de grandes domínios rurais situados em regiões marginais, do ponto de vista econômico e político, suas famílias ocupavam posições privilegiadas no plano local, cujo poder estava assentado sobre uma larga clientela de camponeses dependentes, conhecidos como *moradores* ou *agregados*, freqüentemente composta por descendentes dos antigos escravos (a escravatura foi abolida apenas em 1888). Mesmo vindo de famílias de senhores relativamente abastados, a nenhum deles coube a função de herdeiro das terras possuídas pelos pais; tal liberdade em relação à herança os levou a, desde cedo, marcar uma forte inclinação pelos estudos, percebidos como meio indispensável para fazer carreira política ou na alta administração. Se os estudos em Direito atraíram três dos quatro protagonistas, como era o caso da maior parte das elites

políticas desde o Império (1822-1889), as dificuldades em financiar os estudos nas grandes cidades conduziram Juarez Távora a ingressar no Colégio Militar e, depois, na Escola Militar que dava acesso simultâneo à Escola Politécnica; razões semelhantes levaram José Américo de Almeida a entrar para o Seminário antes de poder estudar Direito. Estes percursos escolares diferentes estão diretamente associados aos modos de acesso ao espaço político e às visões que nutriam sobre sua evolução necessária. Como veremos, suas participações no levante de 1930 se explicam pelo profundo sentimento de que suas carreiras políticas, mas também profissionais, foram bloqueadas por uma gestão dos negócios de Estado, exclusivamente voltada para os interesses econômicos e políticos das elites cafeeiras de São Paulo.

Começando por considerar os líderes do Norte, podemos observar que José Américo de Almeida havia feito uma carreira ascendente na magistratura de seu estado natal, até 1930, só acedendo à carreira política nacional após essa data. Foi a oposição entre os interesses de seu estado e a presidência da República, que se manifestou na invalidação de sua eleição para deputado federal, em março de 1930, e no assassinato de João Pessoa, em julho, então Presidente de Paraíba, que provocou sua adesão à insurreição. Juarez Távora, como oficial militar, fazia parte da única corporação existente em bases estritamente nacionais, à diferença dos magistrados, dos médicos, dos policiais ou dos educadores, funcionários de cada estado particular da Federação. Diferentemente das outras profissões, a carreira de oficial militar exigia deslocamentos constantes, favorecendo uma consciência mais nítida da falta de unidade nacional. Por outro lado, o excesso de suboficiais impedia a progressão rápida na carreira, aumentando o descontentamento e originando levantes sucessivos, a partir de 1922. Juarez Távora optou pela insurreição armada contra o poder central, ainda aluno da Escola Militar, o que foi comum a grande parte de sua geração. A oposição entre “legalistas” e “revolucionários” foi decisiva para manter José Américo de Almeida afastado de Juarez Távora, até 1930, pois João Pessoa, patrão de José Américo, havia mesmo decidido, como juiz da Suprema Corte, pela punição de Távora e de seus irmãos, em 1924, por participação no levante de 1922.

Já Getúlio Vargas iniciou sua promissora carreira política perfeitamente dentro dos quadros do campo político da Primeira República. Tem acesso ao cargo de Presidente do Rio Grande do Sul em continuidade com o chefe político anterior e chega mesmo a Ministro de Finanças do Brasil, durante o mandato do Presidente que depôs com seu levante. Candidata-se à Presidência para as eleições de março de 1930, em lista que incluía o Presidente da Paraíba como vice-presidente; candidatura com poucas chances de vitória, mas, destinada a deixar evidente aos políticos de São Paulo que estavam marginalizando muitos interesses na Federação. Aceita contato com os jovens oficiais sublevados por antagonismo comum ao poder central. Só aceita, porém, desencadear a insurreição armada quando João Pessoa é assassinado em Recife, em 26 de julho de 1930, após a proclamação dos resultados das eleições que haviam consagrado o novo sucessor de São Paulo (Júlio Prestes). Interpreta tal gesto como afronta pessoal e aviso de que a ameaça era válida para ele e todos os seus aliados. Como já atingira o ápice de sua carreira política estadual, toda continuidade, em âmbito nacional, tinha se tornado completamente bloqueada.

Um exame mais detido das biografias das lideranças nortistas permitirá mostrar como nenhum determinismo engendrou a insurreição vitoriosa de 1930, mas, uma vez chegados ao topo do poder central, tais líderes vão buscar na afirmação de novas instituições públicas uma maneira de tornar perene o acesso das elites políticas de seus estados de origem aos benefícios da ação do Estado nacional. Em outras palavras, tais círculos dirigentes tinham todo interesse em redefinir a competência do Estado nacional e de promover novas oportunidades de reconversão para regiões vítimas de declínio econômico e de marginalização política.

UM DESCENDENTE DE SENHORES EM REGIÃO EM DECLÍNIO, ESTADO SECUNDÁRIO NA FEDERAÇÃO

José Américo de Almeida nasceu em 1887, numa *casa-grande* de *engenho* da Paraíba, situado no município de Areia, no limite de uma região úmida onde se cultivava cana-de-açúcar, com regiões mais secas, até semi-áridas no interior do país. Segundo suas próprias

palavras, ele descende de uma família de *senhores de engenho* (CAMARGO e al., 1984: 78), o que podemos de fato constatar, em pelo menos três gerações, através de sua ascendência paterna e materna.

A abolição da escravidão em 1888 não destruiu o poder dos grandes proprietários de terra. Sua dominação permaneceu graças à absorção de um novo tipo de mão-de-obra, os *moradores*, cuja maior parte descendia de escravos. Oferecendo a cada família os meios para garantir sua vida material, uma casa, um lote de terra para as culturas de subsistência, o acesso à água e à lenha (matas) – mas também organizando as atividades sociais e culturais, como as festas, as práticas religiosas, as trocas interpessoais de todo tipo (incluindo a vida familiar) –, os proprietários procuravam imobilizar os trabalhadores dentro do espaço físico da grande plantação (PALMEIRA: 1976; GARCIA JR., 1989). Eles controlavam, assim, sua clientela econômica e política, limitando seus horizontes sociais. De qualquer forma, a existência de uma família de *senhores de engenho* supõe não somente a gestão de uma unidade agro-industrial, mas também do controle de uma vasta clientela social submetida às suas ordens. O fim da escravidão afetou menos a autoridade dos senhores que as mudanças acarretadas pela concorrência no mercado mundial do açúcar.

José Américo de Almeida conta em seus livros que seu pai liberou seus escravos antes da promulgação da lei, mas a sua região açucareira de origem conheceu um grande declínio econômico, por força das reestruturações operadas nas plantações para enfrentar a concorrência nos mercados internacionais. É a época do desenvolvimento das primeiras usinas de açúcar que marcou a passagem a uma produção em escala industrial e a subordinação dos antigos *engenhos* – então reduzidos ao estado de simples estabelecimentos agrícolas, denominados *fornecimentos*. A concentração do poder na mão dos proprietários das usinas desqualificava e subordinava os antigos *senhores de engenho* que as circundavam. Alguns quiseram continuar usando seus engenhos para fabricar açúcar, mas tiveram que se resignar a produzir somente rapadura, exclusivamente destinada ao mercado interno. Foi o caso dos *senhores* de Areia, e especialmente o do pai de José Américo de Almeida. Entretanto, essa estratégia econômica não pôde conter

o declínio dessas famílias. Acrescentemos a isto que as plantações de café do Sudeste cresceram sensivelmente e representaram mais de 70% das exportações, antes do fim do século XIX; os “barões do café” do Império, localizados no Sudeste, passaram a constituir o símbolo da riqueza e da prosperidade no seio das grandes famílias. À época de seu nascimento, tudo contribuía para lembrar que o título de *senhor de engenho* remetia a glórias do passado, seguidas de perda de posição relativa, dentro das elites dominantes.

José Américo de Almeida viveu no *engenho* até completar 8 anos; lá, ele aprendeu a ler e escrever, e, em seguida, foi morar com seu tio paterno, vigário de Areia, para prosseguir os seus estudos. Em 1899, seu pai faleceu, e a sucessão da propriedade beneficiou unicamente seu irmão mais velho. Enquanto caçula deserdado, ele foi mandado ao Seminário. Mas, após provocar um conflito familiar, contestando a decisão da mãe e dos irmãos, ele pôde freqüentar um liceu da capital do estado e conseguiu entrar na Faculdade de Direito de Recife, centro de formação da maioria dos políticos do Norte do Brasil, desde a Independência. Formado em 1908, Américo de Almeida foi, após um curto período como procurador em um município da região semi-árida, nomeado, aos 24 anos, para um cargo de alto magistrado provincial – graças ao apoio de seu tio materno, *Monsenhor*³ Valfredo Leal, que havia sido presidente da Paraíba, de 1905 a 1908 – e permaneceu o chefe político de uma corrente minoritária desse estado. Casou-se com uma descendente de outra família de *senhores de engenho*, de Areia, Ana Alice de Azevedo Melo, e o novo casal se instalou na capital do estado.

Graças a um certo conforto financeiro, ele pode freqüentar os círculos literários desde 1915. Começou a publicar, a partir de 1921, com o apoio da Imprensa Oficial da Paraíba que editou, em 1928, seu romance *A Bagaceira*; este trata do poder arbitrário exercido por um *senhor* de Areia sobre todos os habitantes de seu domínio, incluindo uma família de proprietários brancos, arruinada pela seca, na região semi-árida. Bem acolhido pelos principais críticos literários do Rio de Janeiro, no mesmo ano, o livro foi reeditado, por duas vezes, por editores da capital e seu autor tornou-se conhecido como o pioneiro do romance tipicamente nacional, de tal maneira que sua notorie-

dade literária precedeu sua celebridade política.

Membro ativo da facção política de seu tio materno, minoritária nesse estado então dominado por Epiácio Pessoa – que havia sido presidente do Brasil entre 1918 e 1922 –, Américo de Almeida não ocupou nenhum cargo político antes de 1928. Nesta data, se tornou secretário de João Pessoa, novo presidente da Paraíba e sobrinho de Epiácio Pessoa: através dos dois sobrinhos se estabelecia a paz entre duas facções rivais, em âmbito estadual, na Paraíba. Os Pessoa gozavam de um certo capital político no plano nacional.

Um concurso de circunstâncias, no processo de sucessão da presidência da República brasileira, vai fazer de José Américo de Almeida o herdeiro do crédito político acumulado em escala nacional, pela facção rival, e permitir seu acesso aos mais altos postos da República. De fato, desde a instauração desta, em 1889, que marcava o fim do Império e do reino dos descendentes da Coroa portuguesa, a forma do Estado federal se reduzia essencialmente à justaposição de estruturas políticas estaduais: cada estado, gozando de uma considerável autonomia, podia instituir suas próprias polícias, fazer empréstimos no exterior, arrecadar impostos sobre os produtos exportados, ter sua própria magistratura, seu sistema de educação, etc. Aliás, o próprio sistema partidário ressaltava como estavam localizados os principais mecanismos políticos nos estados federados: só havia Partido Republicano da Paraíba, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, etc. Não existia nada como um “Partido Republicano Brasileiro”, grupamentos nacionais que viriam a existir somente depois da Segunda Guerra, em 1946. Literalmente, a negociação política se fazia entre o “Presidente” de cada estado da Federação e o “Presidente da República do Brasil”, instalado no Rio de Janeiro. Como o poder relativo de cada estado dependia de suas atividades econômicas e dos impostos que permitia arrecadar, os estados mais ricos dispunham, nesse contexto, de uma supremacia inegável no interior da Federação. O estado de São Paulo, que concentrava as plantações de café mais prósperas, era hegemônico na União e, desde 1894, as elites de São Paulo e de Minas Gerais – outro estado produtor de café e antiga fonte de minerais preciosos – se revezavam na direção da Presidência da República. O apoio

do governo central, através da política monetária e cambial, à política concebida e praticada por São Paulo, para controlar a oferta de café e valorizar este produto nos mercados internacionais era visto, pelos outros estados, como uma espécie de domínio exclusivo de São Paulo sobre o Estado central. Esse sentimento se acentuou quando o Presidente que deixava o cargo, ligado à elite de São Paulo, Washington Luiz, designou como candidato à sua sucessão um homem vindo do mesmo estado, infringindo o acordo tácito de alternância que, em 1930, devia levar uma pessoa de Minas Gerais à presidência. As elites deste estado decidiram apoiar a candidatura de Getúlio Vargas, na época presidente do estado do Rio Grande do Sul; como candidato à vice-presidência foi escolhido João Pessoa, presidente da Paraíba “pequenina e boa”. O governo deste estado tornou-se o componente mais frágil de uma coalizão de forças se opondo ao poder central controlado pelas elites de São Paulo.

No início de 1930, ocorre uma insurreição em um município da Paraíba contra o governo de João Pessoa; a rebelião era estimulada e armada pelo governo central e seus aliados dos estados do Norte. Essa tentativa de desestabilização do poder estadual através das armas era uma represália à audácia das elites políticas de nível inferior que haviam desafiado as elites agrárias hegemônicas em âmbito nacional. Foi então que José Américo de Almeida e seus companheiros de lista conheceram um sucesso eleitoral, recolhendo o maior número de votos na Paraíba; mas, certas modificações de última hora na composição da comissão eleitoral permitiram aos seus adversários proclamarem concorrentes menos votados como vitoriosos. José Américo de Almeida deslocou-se ao Rio de Janeiro para apresentar um recurso judicial perante o Parlamento da Federação, mas o Legislativo também estava completamente submetido ao poder executivo federal. Foi nesse período que José Américo entrou em contato com os jovens oficiais do Exército a favor da revolução e se aproximou de Juarez Távora, que à época tinha por missão preparar o levante no Norte.

Segundo o próprio testemunho de José Américo de Almeida, João Pessoa era hostil à via revolucionária e havia sido um dos juizes responsáveis pela condenação dos jovens oficiais revoltados em 1922, entre

os quais constavam Juarez Távora e seus irmãos. A aliança entre as elites da Paraíba no poder e os rebeldes certamente não era inevitável; ela foi mais o resultado de uma convergência objetiva de duas forças cujos interesses se opunham aos do governo central. A morte de João Pessoa colocava José Américo de Almeida no primeiro plano da cena estadual: ele se tornava o responsável político, que podia garantir o sucesso do levante desejado e preparado, de longa data, por Juarez Távora. Graças ao êxito do levante promovido pelos *tenentes* em guarnição militar da capital da Paraíba, José Américo de Almeida passaria, de candidato a deputado federal “degolado” pelo Catete, a um dos Ministros de peso a discutir, diretamente com Vargas, Távora, Aranha e demais lideranças de primeiro escalão, os rumos a imprimir à “revolução de 1930”. Com efeito, o encontro de José Américo de Almeida com Juarez Távora mudou completamente o norte das carreiras políticas e profissionais de ambos.

VOCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E COMPROMISSO MORAL, APÓS MORTE EM COMBATE DE IRMÃO

Juarez Távora nasceu em 1898, numa grande propriedade da região semi-árida do Ceará, irmão caçula de uma família de quinze filhos, descendendo, tanto do lado paterno como do lado materno, de uma família de plantadores de algodão (cultura associada à criação de animais) conhecidos como *fazendeiros*. Nesta região, a escravidão sempre foi menos importante que nas plantações de açúcar; mas, a mão-de-obra era também recrutada segundo as mesmas modalidades que a *morada*. O declínio da família de Juarez Távora estava diretamente ligado ao clima da região freqüentemente submetida à seca. É impressionante constatar que todos os primogênitos tentaram se reconverter, seja através de estudos superiores no Rio de Janeiro, seja migrando em direção à Amazônia no momento do boom da borracha; desta maneira os mais velhos facilitaram a vida dos três irmãos menores para que pudessem prosseguir sua escolaridade. Já se podia observar esta tendência à reconversão através dos investimentos escolares com as trajetórias dos irmãos de sua mãe, assim como de seu sogro, formado em Direito, que ocupou o cargo de chefe da Polícia da capital federal, no momento

de sua chegada ao Rio de Janeiro. Graças ao apoio familiar, os três caçulas entraram diretamente no colégio Pedro II, estabelecimento público, de ensino médio, modelo para todo o Brasil. Se, em seus relatos, Juarez Távora disse que foi um estudante pobre no Rio, era certamente porque comparava seu estatuto de migrante recente com o estilo de vida das grandes famílias dominantes da metrópole; no entanto, a escolha da formação escolar revela claramente a importância do capital social dos familiares que os acolhiam e da prioridade dada aos estudos para obter um lugar de destaque em novo universo social.

Desde 1912, os estudos secundários dos dois irmãos mais novos – Juarez e Fernando – estão muito ligados à evolução da carreira de um dos irmãos mais velhos, Joaquim, politécnico que se tornou oficial do Exército. Os caçulas completaram seus estudos secundários numa das grandes escolas públicas do Rio Grande do Sul, acompanhando Joaquim, nomeado professor do Colégio Militar neste estado do extremo sul. Em 1915, Juarez e Fernando voltam ao Rio de Janeiro para participar do concurso da Escola Politécnica e, no ano seguinte, eles se beneficiaram do ingresso automático dos politécnicos para cursar a Escola Militar. A incorporação ao Exército permitia financiar os estudos superiores. Essa escolha forçada pela necessidade econômica é mais uma vez ressentida por Juarez como o sinal da escassez dos recursos familiares. Novos horizontes se abriam para eles somente graças ao Estado federal e ao bom uso das solidariedades familiares.

A comparação entre suas maneiras de gerir seus investimentos escolares, seus deslocamentos no território brasileiro, e a trajetória de José Américo de Almeida ressalta o universo provincial deste jurista e o nível nacional das estratégias de reconversão dos Távora. Mas, que perspectivas de carreiras eram ofertadas aos que consentiam pagar o preço de uma espécie de desenraizamento permanente para tentar fugir da decadência que ameaçava a família?

O Exército se encontrava numa situação em que não podia garantir uma promoção normal a todos os jovens cadetes saindo das escolas militares. Este bloqueio das carreiras provocou o descontentamento dos oficiais de categoria inferior, sobretudo dos *tenentes*, e foi uma das causas dos levantes militares dos anos

1920. Alias, não por acaso o conjunto de revoltas foi denominado *movimento tenentista*. Ressalte-se que as escolas militares acolhiam muitos alunos vindos de famílias de grandes proprietários ameaçados de declínio, pelo fato de garantirem o financiamento dos estudos e da moradia nas grandes capitais – uma espécie de bolsista – e constituíam, assim, uma via privilegiada para os candidatos à reconversão, enquanto que as faculdades de Direito e de Medicina eram freqüentadas por estudantes de origens mais altas. Se compararmos à trajetória de Vargas, que também chegou a cursar escola para oficiais militares em seu estado de origem, e mesmo a se alistar em tropas para garantir fronteiras brasileiras na Amazônia, veremos que a opção final pelo Direito estava diretamente associada às chances de sucesso em carreira política estadual.

Primeiro de sua promoção, em 1919, Juarez Távora tornou-se membro do conjunto de engenheiros do Exército e, após seu início na província, foi nomeado para o cargo de professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1922, sucedendo a Luiz Carlos Prestes, outro aluno brilhante e líder dos levantes dos anos 1920, que viria a ser secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, de 1930 até os anos de 1970. Devido à publicação pela imprensa da capital de cartas privadas, atribuídas ao candidato à presidência da República, em 1922, e consideradas como uma ofensa ao Exército, uma crise, agravada pelo fechamento do Clube Militar e a prisão de marechal ex-presidente do Brasil, provocou o levante de 5 de julho de 1922, no qual a Escola Militar desempenhou um papel relevante. Oficial responsável pela guarda nessa data, Juarez Távora participou ativamente dessa revolta que terminou com um fracasso e sua prisão, assim como a de seu irmão Joaquim, líder de uma conspiração no distante estado de Mato Grosso. Eles foram liberados apenas em 1923, sem julgamento: diante do risco de serem excluídos do Exército pelos tribunais, tomaram a decisão de desertar e organizaram novas conspirações para derrotar o poder central, com a cumplicidade de jovens oficiais que permaneceram em seus cargos. O destino dos dois irmãos não foi o mesmo: se aquele engajamento custou a vida a Joaquim, Juarez se tornou uma espécie de herói nacional, após a vitória de 1930, e acabou sua carreira como marechal.

Joaquim foi um dos líderes do levante de julho 1924 que conseguiu tomar o controle de São Paulo; faleceu após os combates contra as forças legalistas, querendo retomar o controle dessa cidade. Juarez participou da organização da retirada das tropas revoltadas em direção ao extremo sul do país, onde se juntaram com as tropas do Rio Grande do Sul, sublevadas por seu amigo e ex-colega Luiz Carlos Prestes. De 1924 a 1927, essas tropas percorreram o território brasileiro do Sul ao Norte, para voltar às suas posições iniciais, percorrendo aproximadamente 20.000 quilômetros, escapando, a cada vez, do cerco das forças fiéis ao governo federal. Essa longa marcha representou uma verdadeira proeza militar, mas foi um fracasso político, pois esses revoltosos nunca conseguiram provocar a adesão das camadas camponesas das regiões percorridas. Tudo o que eles conseguiram foi serem reconhecidos como uma força política autônoma e difícil de destruir. Mesmo nas grandes cidades, onde suscitavam admiração pela coragem e bravura com que desafiavam os dirigentes tradicionais, sobretudo entre funcionários públicos e profissionais liberais, nenhum movimento político assegurou a multiplicação de forças a desafiar o poder central voltado para preservação dos interesses das elites agrárias.

Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora foram, respectivamente, o chefe e o sub-chefe do Estado Maior dessas colunas de revoltosos, o que lhes garantiu a fama de guerreiros e de peritos em estratégia militar. Juarez Távora foi preso em combate, em 1925, em um estado do Nordeste, ao lado de sua região natal, e aproveitou a estadia na prisão no Rio de Janeiro para redigir um dos raros testemunhos de época sobre a “revolução brasileira de 1924”. Ele fugiu em 1927, foi capturado novamente, e fugiu, mais uma vez, em fevereiro de 1930, passando pelo Nordeste para preparar a revolução na clandestinidade. Aceito como comandante em chefe do levante no Norte do país, por Getúlio Vargas e seus colaboradores, como Osvaldo Aranha, ele vai se aproximar de José Américo de Almeida, então chefe das forças da Polícia da Paraíba, onde o levante dos jovens oficiais tinha grandes chances de funcionar. Este encontro corresponde, assim, à aproximação de jovens militares, em ruptura com a hierarquia, com as facções dominadas das antigas elites agrárias, para derrotar, pela violência, o governo

central. O sucesso do movimento que se chamou de *Aliança Liberal* foi consequência tanto desta aliança quanto da conjuntura econômica internacional, que fez coincidir as crises políticas detalhadas acima com a crise econômica devida ao *crash* da bolsa americana. Vale notar que, desde o início do século XIX, havia crises ligadas à flutuação de preços dos mercados internacionais dos produtos tropicais; mas, só atingiam as regiões consagradas a cada produto específico – como açúcar, borracha, cacau, café, etc. A crise de 1930 sincronizou as crises de diferentes regiões de grandes plantações, o que provocou uma superprodução agrícola generalizada; nos mais diferentes recantos se experimentavam problemas comuns frente “ao mundo internacional”, dando corpo às imagens propostas por certos ensaístas de crise de uma “economia colonial”. Com efeito, a construção de uma “economia nacional”, tornando interdependentes os setores os mais diversos, é obra iniciada após os anos 1930, nomeada como tal, à medida que a industrialização se acelerava e que as cadeias produtivas se estruturavam. As equipes econômicas recrutadas por Getúlio Vargas, em seus vinte anos de passagem pelo poder central – compostas por antigos engenheiros politécnicos e por antigos juristas –, tiveram um papel determinante como artesãs da rede de “mercados internos” interdependentes. Uma nova burocracia ligada à administração federal, recrutada com base em diplomas acadêmicos e voltada para domínios até então inexistentes da ação estatal – o ministério dedicado à educação e à saúde só foi criado em 1931 – abriu novos campos de reconversão para descendentes de elites agrárias ameaçadas de declínio, e a migração, em direção aos grandes centros industriais, atraiu contingentes volumosos de jovens dessa origem social. A recomposição das elites dirigentes, em âmbito nacional, com a entrada de frações mais ameaçadas pela decadência econômica, tornou-se associada à promoção de novos caminhos para reconversão social, estes freqüentemente vinculados a ensino secundário e superior, em forte expansão no período. Como demonstrou Karl Polanyi (1944), para a Grã-Bretanha, mercados interdependentes no plano nacional supõem todo um trabalho de institucionalização da economia.

PODER NACIONAL E PODER LOCAL: OS “VICE-REIS DO NORTE”

Logo após a vitória, a primeira missão confiada a Juarez Távora e a José Américo de Almeida foi substituir todos os antigos Presidentes dos estados do Norte, da Bahia até a Amazônia, o que fez com que fossem denominados ironicamente de “os vice-reis do Norte”. Os “representantes do governo provisório”, antes afastados à força da vida política ou membros de uma elite provincial de pouca expressão, agora escolheriam todos os novos dirigentes provinciais da metade norte do Brasil. Investido de missão oficial pelo poder central, Juarez Távora pôde nomear seu irmão primogênito como interventor de seu estado natal, o Ceará, Manuel Fernandes Távora, que saiu diretamente da prisão para assumir suas novas funções no palácio do antigo presidente (fora preso por causa de suas atividades como jornalista, apoiando a *Aliança Liberal* dirigida por Getúlio Vargas). Foi o caçula que instalou o irmão mais velho na direção do estado de origem e, a partir de 1930, a família Távora passa a ocupar o primeiro plano da cena política no Ceará (o filho e o neto de Manuel serão eleitos no meio-século seguinte a cargos importantes). Observa-se, assim, que, para assentar o poder provincial de uma grande família, foram necessários outros recursos políticos, que não as formas tradicionais de manutenção de clientelas locais: a reputação junto às elites nacionais de primeiro plano desempenhou um papel fundamental, pois aqui se vê o poder central legitimando um poder local e não o inverso.

A evolução da carreira política de Juarez Távora mostrou que, em política, nenhuma posição se adquire definitivamente, inclusive em âmbito local, e que sua trajetória deveria continuar bem distante dos locais dominados por sua família de origem, para simplesmente manter a reputação que conquistara.

O pertencimento de Juarez Távora ao novo núcleo dirigente da nação era, desde então, evidente: ele foi igualmente nomeado ministro dos Transportes e das Obras Públicas do novo governo Vargas. Alguns de seus antigos companheiros de armas desejavam vê-lo como chefe supremo⁴.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Juarez Távora também fora acolhido como herói nacional. Sua

nomeação como membro do novo governo buscava fortalecer a aliança entre dirigentes do Sul e do Norte; entre políticos vindos de correntes tradicionais [os legalistas] e jovens oficiais fazendo da preparação de levantes, por anos a fio, sua profissão [os revolucionários]. É preciso notar que Juarez Távora aceitou ser ministro somente por pouco tempo, indicando José Américo de Almeida para sucedê-lo. Ele optou por retomar o cargo abandonado em 1924, preferindo guardar a posição de figura destacada da nova elite revolucionária. Juarez Távora assistia às reuniões dos dirigentes supremos da Revolução, que aconteciam no palácio presidencial, em presença de Vargas, ao longo das quais eram fixadas as grandes linhas de ação governamental. Participou, assim, diretamente das discussões sobre as novas orientações a serem dadas à política, mas sem se sentir subordinado a Getúlio Vargas enquanto ministro. Pode-se imaginar a tensão desses aliados da véspera, chegando ao poder sem um programa de ação preciso, nem ideologia que os aproximasse. Note-se que Vargas era originário de círculos positivistas do Rio Grande do Sul, enquanto Távora sempre se mostrara católico fervoroso. Seu casamento foi a ocasião de reafirmar a união simbólica dos novos dirigentes. A foto não permitia também demonstrar que o antigo guerreiro, então disposto a se instalar na vida e começar uma obra construtiva, gozava para tal da confiança de todos que tinham autoridade na época? É interessante notar que Juarez Távora hesitou, por vários anos, entre uma carreira política e militar ou uma carreira unicamente política.

Somente no fim de 1932, Juarez Távora aceitou voltar a ser ministro de Getúlio Vargas, para cuidar da pasta da agricultura. Naquele ano, as elites políticas de São Paulo haviam tentado derrotar, pelas armas, o governo central e, uma vez a rebelião sufocada, Getúlio Vargas anunciou eleições para uma Assembléia Constituinte, limitando, assim, a face discricionária do novo poder. Como membro da equipe ministerial, Juarez Távora esperava pesar mais diretamente na composição da nova Assembléia e, desta maneira, sobre a nova organização constitucional do país. Ao mesmo tempo, ele podia contribuir para a criação de novos organismos públicos como o Instituto do Açúcar e do Alcool⁵, que regulamentou completamente

o mercado de derivados da cana-de-açúcar, como já acontecia com o café. Estendia-se às várias categorias de grandes plantadores a regulação promovida pelo Estado, privilégio até então das elites cafeeiras. Na verdade, esse novo grupo dirigente estava bem consciente de que a mudança apenas dos indivíduos ocupando os cargos de decisão no governo central, ou nas províncias, não seria suficiente para liquidar o poder dos antigos círculos dominantes. Diante de eleições gerais, houve medo de que as elites deslocadas se reconstituíssem e se legitimassem, uma vez que as clientelas políticas camponesas tinham permanecido intactas e o voto rural pesava decisivamente. A centralização do poder político em mãos do presidente, em detrimento dos antigos estados federados; as medidas para a unificação do mercado interno e a promoção das instituições culturais, reforçando o sentimento de unidade nacional, foram instrumentos do enorme trabalho realizado pela nova equipe, para consolidar seu lugar de primeiro plano na cena política nacional. A crítica da monopolização do poder pela antiga elite de São Paulo deveria, agora, ser substituída por políticas que contemplassem interesses de elites regionais ou de novos setores urbanos, contribuindo para legitimar o novo grupo dirigente. Nessas circunstâncias, a decisão de assumir um cargo ministerial permitia promover todo um conjunto de inovações institucionais, pois tal parecia ser o esforço a fazer para tornar duradoura sua presença no primeiro plano da vida política nacional.

Enquanto ministro, Juarez Távora participou ativamente da elaboração da nova carta constitucional, e, como os outros principais dirigentes do movimento de 1930, ele se pronunciou a favor da eleição de Getúlio Vargas, pela Assembléia; eleição que reforçou sua legitimidade para um novo mandato presidencial. Em julho de 1934, Távora deixou o ministério e se empenhou na política do Ceará, buscando ser eleito como governador, pela via legal. Seu irmão mais velho, não tendo conseguido manter suas funções de interventor, pediu-lhe para usar seu renome nacional para reforçar a posição de seus familiares no Ceará. Tudo se passava como se, para legitimar sua credibilidade política através das eleições, ele precisasse retornar a seu estado natal e mobilizar a colaboração direta dos membros da família que lá

permaneceram. Sem dúvida, sua decisão contribuiu para melhorar o resultado de seus aliados locais, mas Távora não conseguiu ser eleito “governador do Estado” (novo termo usado pela constituição para a função dos antigos “presidentes”, marcando sua subordinação ao Presidente da República), pois sua notoriedade nacional não foi suficiente para anular a força de concorrentes mobilizando todas as redes de lealdades pelos antigos métodos clientelistas e certo apoio de adversários políticos em âmbito nacional. Este fracasso eleitoral afetou profundamente Juarez Távora que se afastou da vida política para investir na carreira militar; é verdade que deixava seu primogênito Manuel Fernandes Távora como deputado eleito pelo Ceará, assegurando a continuidade de sua linhagem na política estadual.

Juarez Távora voltou a fazer parte do Exército e mostrou ter humildade, aceitando recomeçar a carreira na patente que havia atingido ao se afastar daquela instituição, nos anos 1920. Esse gesto foi muito apreciado pelo corpo de oficiais de alta patente, pois implicava o reconhecimento da hierarquia militar fundamentada apenas nas atividades no interior do Exército, além de manifestar sua renúncia a qualquer jogo político imediato. Além de tudo, ele assegurava ao Exército a incorporação do capital simbólico de um antigo combatente conhecido por suas proezas guerreiras, crédito ainda mais importante para corporação militar que não havia conhecido guerra ameaçando o território nacional. Frequentou todos os cursos que eram condição para o acesso a patentes superiores e, em 1941, ele já fazia parte do Estado Maior. Mesmo em 1937, por ocasião de novas eleições para a presidência da República, ele não apoiou José Américo de Almeida, candidato considerado mais próximo de setores populares e, temendo manobras continuistas de Vargas, chegou a ponto de aconselhar o voto em adversário declarado (Armando Salles de Oliveira), já que se tratava de um político de São Paulo. Ainda no final de 1937, quando Getúlio Vargas desencadeou o golpe que resultou no Estado Novo e instaurou a ditadura que iria durar até o fim da segunda guerra mundial, Távora continuou a guardar o silêncio e permaneceu fora da cena política.

Após a redemocratização de 1945, com o afastamento de Vargas do poder, Juarez Távora desem-

penhou um papel de primeiro plano na aproximação estratégica com o Exército norte-americano, através de suas funções militares. Desde 1947, participou diretamente da polêmica nascida no Clube Militar acerca da pertinência do monopólio estatal sobre as jazidas de petróleo no Brasil, opondo-se à corrente nacionalista, e defendendo a participação de empresas norte-americanas na prospecção do mineral. Na mesma época, colaborou na elaboração, em Washington, de um plano de defesa do continente americano diante da ameaça do comunismo internacional. Desde essa época, passou a encarnar o pólo anticomunista do espaço público brasileiro, em direto antagonismo com seu antigo companheiro do *movimento tenentista*, Luiz Carlos Prestes. Ressalte-se, ainda, que nos anos de 1950, Juarez Távora dirigiu a Escola Superior de Guerra, instituição que fornecia cursos para a alta oficialidade do Exército, de onde saíram os promotores do golpe de Estado de 1964.

Sobre vários aspectos, Juarez Távora se opôs à linha de ação promovida por Getúlio Vargas, que fora reeleito Presidente, em eleições diretas, em 1950, e que tentava criar empresas públicas nos setores de indústrias de base (aço, petróleo, eletricidade), para permitir a continuidade da rápida industrialização, iniciada em 1930. Enquanto Vargas estimulou os círculos intelectuais nacionalistas a formular um projeto de desenvolvimento auto centrado, Juarez Távora integrou círculos de intelectuais que apoiavam a instalação de empresas internacionais para completa integração do parque industrial. Na crise que culminou com o suicídio de Vargas, em 1954, Juarez Távora figurou como um dos generais que exigiu sua renúncia; foi também o candidato à Presidência, na sucessão de Vargas, em oposição à política desenvolvimentista proposta por Juscelino Kubitschek. Note-se que, se voltou à cena eleitoral 20 anos após tê-la abandonado, tudo se passou como se seus investimentos estritamente militares contribuissem para reforçar seu capital propriamente político.

Juarez Távora não desempenhou papel de destaque na preparação do golpe de Estado de 1964, mas fez parte do primeiro gabinete ministerial do regime militar sob a presidência do Marechal Castello Branco. Foi como se usasse de seu prestígio histórico para garantir a entrada de novos companheiros de armas

em cargos antes ocupados por civis. Em seguida, ele deixou a vida pública e se dedicou à redação de suas memórias, publicadas pela editora do Exército como as de um dos membros do seu panteão. De maneira significativa, ele intitulou o primeiro volume *Da planície à borda do altiplano*; o segundo foi chamado de *A caminhada no altiplano* e o terceiro *De volta à planície*. Essa metáfora topográfica revela bem que ele não se sentia destinado aos altos da montanha do Estado nacional, dadas as suas origens sociais e geográficas. Enfatiza, dessa forma, tudo que lhe custou sua “escalada” ao cume do poder central. Tanto em suas memórias quanto nas de José Américo de Almeida, há cuidado em mostrar como “sertanejos” ou “brejeiros” galgaram as cordilheiras do poder político.

O espaço público antes de 1930 pode melhor ser descrito como uma justaposição de “estados”, onde a concorrência política era efetiva e obrigava todo pretendente a começar sua carreira por esse patamar; o poder central da União, localizado na antiga “corte” do Rio de Janeiro, não tinha força capaz de se sobrepor aos estados mais ricos e populosos do país (particularmente São Paulo, Minas Gerais, e, em segundo grau, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco). As carreiras políticas dos dois “nortistas” de primeiro plano, que lideraram a Revolução de 1930 nos âmbitos civil e militar, e participaram diretamente do desfecho de todas as principais crises políticas até o desencadeamento do golpe militar de 1964, revelam, claramente, como nascer em estado menos importante da Federação diminuía ou aniquilava as chances de fazer carreira política de dirigente nacional. A posição inferior, intermediária ou superior na “República Velha” conta tanto ou mais que a origem social de descendente de elites agrárias – *senhores de engenho* ou *fazendeiros* – para o acesso a cargos de poder federal. A disposição para se engajar em levantes armados contra o poder central parece depender, sobretudo, da posição relativa das elites políticas no estado natal, se contrapostas às elites políticas que controlam o Estado Federal (São Paulo e Minas Gerais). Juarez Távora hesitou, após a vitória da Revolução de 1930, entre uma carreira política fundada em eleições de seu estado de origem – o Ceará – e o retorno à carreira militar no Exército em reestruturação. Após seu fracasso eleitoral em 1934,

todas as suas intervenções na cena política foram respaldadas por sua condição de oficial do Exército. Agia, então, em nome de interesses nacionais e não mais em função de facções estaduais, em torno de linhagens familiares.

Observe-se que as duas biografias dos antigos líderes nortistas mostram como a entrada de cada um na arena propriamente nacional só é consolidada mediante a implantação de inovações que tornam irreversível a notoriedade de que passam a se beneficiar. Deve-se lembrar que José Américo de Almeida elevou a seca do Nordeste à condição de questão prioritária para o poder central, tornando o combate a seus efeitos daninhos um desafio para todos os sucessivos presidentes, após Getúlio Vargas.

Nenhum determinismo provocou o encontro de Juarez Távora e José Américo de Almeida: eles pertenciam a tendências políticas opostas, nos anos 1920, e se aliaram em uma oposição comum às forças estaduais hegemônicas, claramente agrupadas em torno do Partido Republicano Paulista (contra os “perrés”). Suas carreiras políticas foram bloqueadas por motivos diferentes, e a análise das vias de reconversão que eles encontraram no universo social através, da função pública, nos permite entender o funcionamento do espaço político da República Velha e sublinha os limites que pesavam sobre aqueles que não pertenciam aos estados mais poderosos. O acesso de ambos ao núcleo do poder central supôs condições muito específicas e eles só puderam permanecer nesse nível através de ações inovadoras que consolidaram sua reputação política em âmbito nacional. Assim, esses personagens cujas trajetórias seguimos aqui são, ao mesmo tempo, os índices das transformações do campo político brasileiro e seus principais atores.

Uma palavra, ainda, sobre as repercussões da notoriedade nacional, recentemente adquirida. Pode-se constatar que o reconhecimento nacional permite ajudar aliados locais, inclusive familiares, o que transforma o contorno da concorrência política no plano local. Entretanto, esse prestígio na cena política federal não implica necessariamente o controle direto do cenário local: o caso de Juarez Távora é revelador de que o fracasso na concorrência local pode achar uma compensação na devoção integral à construção de uma instituição nacional.

Restituir os significados e as conotações de uma expressão tão anacrônica, em 1930, como “vice-reis do Norte”, como em toda análise de um sistema de representações informado pelos métodos da antropologia social, pode, assim, ser uma via promissora para se compreenderem processos profundos de transformação social e política.

NOTAS

- 1 É a única foto deste evento que consta em suas memórias e que empresta ao seu casamento uma conotação política [cf. Juarez Távora (1975-1976)].
- 2 As universidades no Brasil, com as faculdades de filosofia, ciências e letras, foram criadas apenas nos anos de 1930, particularmente a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935.
- 3 Dignitário eclesiástico sem ser titular de Diocese.
- 4 Luiz Carlos Prestes discutiu publicamente com Juarez Távora, em maio de 1930, quando ele adere ao Partido Comunista, e recusou-se a se aliar com Getúlio Vargas para comandar militarmente a revolução. Ele permaneceria secretário geral desse partido até o final dos anos 1970. Assim, os jovens oficiais insurgentes, dos anos 1920, conheceram evoluções muito diferenciadas, dentro do campo político que se diversificou após 1930.
- 5 A intervenção do Estado sobre a produção e a comercialização dos principais produtos de exportação, sobretudo o café e o açúcar, está analisada em A. Garcia Jr. (1989).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. A. [1989 (1928)], *A bagaceira*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- BOURDIEU, P. (1993), « Esprit d'Etat. Genèse et structure du champ bureaucratique », *Actes de la Recherche en Sciences sociales* n° 96-97, p. 49-62.
- CAMARGO, A. et al., ed. (1984), *O Nordeste e a política. Diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ELIAS, N. (1990), *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy.
- FAUSTO, B. (1978), *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense.
- FREYRE, G. (1933), *Casa-grande e senzala. Formação da família sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio.

- GARCIA JR., A. (1989), *Libres et assujettis*. Paris: éd. de la MSH.
- GARCIA JR., A. (1993), «Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil», *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, n° 98, p. 20-33.
- LEAL, V. N. (1975), *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- LEWIN, L. (1987), *Politics and parentela in Paraíba*. Princeton: Princeton University Press.
- MICELI, S. (1981), *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Paris: éd. de la MSH.
- PALMEIRA, M. (1976), «Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional». *Comunicação apresentada no 42º Congresso internacional des américanistes*, Paris, 2-9 septembre.